Declaração Política: PCP na defesa do Sector Público Regional

Senhora Presidente,
Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo,
Senhores membros do Governo,

O Sector público empresarial desempenhou e desempenha um importantíssimo e insubstituível papel na economia regional.

A importância e relevância deste sector é tanto maior quanto tem permitido que a Região detenha as alavancas fundamentais para condução da política económica e no passado em boa parte também da própria política financeira regional.

Nunca será demais relembrar o papel fundamental que o então Banco Comercial dos Açores teve na condução e na dinamização da insipiente e débil economia regional.

O seu papel foi essencial e fundamental no financiamento quer dos grandes projetos de investimento em infraestruturas quer em inúmeros projetos de investimento do sector primário ao terciário passando, evidentemente pelo sector secundário.

O Banco Comercial do Açores, público, era de fato uma peça essencial no panorama económico/financeiro regional.

Sem que nada o justificasse que não apenas e tão somente meras opções ideológicas por parte do então governo regional da responsabilidade do PSD o BC acabaria na posse do então BANIF (Banco Internacional do Funchal) segundo então o PSD propagandeava com grandes vantagens para a Região e que de facto apenas se podem resumir nesta primeira fase no abdicar dos Açores terem nas suas mãos um importantíssimo instrumento de atuação na economia regional a troco de um pacote financeiro rapidamente gasto.

Mas se numa primeira fase a situação era já preocupante, mais preocupante ainda se tornou perante a falência posterior do BANIF e a sua absorção posterior pelo Banco Santander Totta cujo capital nem tão pouco é nacional e cuja última das suas preocupações é a de se preocupar minimamente com a economia regional dos Açores, com as sua especificidades e com as suas necessidades, muito menos com as necessidades da administração regional de ter um instrumento capaz económica e financeiramente dinamizar a economia regional.

Este é de facto o grande exemplo do sucesso de uma privatização na nossa Região.

Mau grado tal flagrante exemplo assistimos hoje por parte do governo do PS-Açores à insistência nas privatizações como panaceia para todos os problemas da nossa economia.

Senhora Presidente,
Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo,
Senhores membros do Governo,

A Fábrica de Conservas Santa Catarina pilar fundamental do desenvolvimento económico da região e de modo muito particular da Ilha de S. Jorge é hoje ameaçada

com uma privatização de contornos ainda pouco definidos, mas que sabemos bem, até pelos exemplos recentes da COFACO, designadamente na Madalena do Pico e já anteriormente no Faial onde poderá a breve trecho ser conduzida.

Seguindo os cânones da cartilha neoliberal o Governo Regional ao protelar os investimentos necessários à sua rentabilização criou paulatinamente as condições que justificassem a sua inviabilidade enquanto empresa pública e simultaneamente criasse a justificação e a ideia na opinião pública de que esta empresa só seria viável se privatizada, gerida com critérios de obtenção de lucro pelos seus proprietários.

Nada mais falso e que esconde a questão essencial que será o facto de caso a privatização seja uma realidade, quando os empresários acharem que os seus lucros não são tão elevados como desejariam poderem de um momento para o outro encerrar a empresa, deixar no desemprego os seus trabalhadores e criar um sério problema quer na economia regional quer sobretudo na própria economia da Ilha de S. Jorge.

Senhora Presidente,

Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo,

Senhores membros do Governo,

Mas se a Santa Catarina ilustra como a cartilha neoliberal tem sido seguida pelo Governo, no caso da SATA o exemplo é flagrante e atinge raias de autêntico escândalo.

De há anos que a SATA vem sendo dirigida por administrações cuja fidelidade aos objetivos definidos pela administração regional é absoluta, mas cuja capacidade e competência é mais que duvidosa. As opções estratégicas para empresa têm-se vindo a revelar catastróficas e de nada têm servido os avisos dos mais variados sectores quanto a elas. Os trabalhadores da SATA, primeiros interessados numa correta e boa gestão da empresa, através das suas estruturas representativas têm sucessivamente alertado para a necessidade de alteração deste tipo de políticas de gestão, esbarrando, todavia, com a obsessão das administrações e da tutela.

Por outro lado, e não satisfeita com a degradação da SATA através das sucessivas gestões e da falta de investimentos o Governo tem vindo ainda a utilizar a SATA quer para o seu próprio financiamento quer para financiamento da sua política no tocante ao transporte aéreo.

A política de reencaminhamentos gratuitos das empresas Low-Cost como forma de garantir a sua operação para os Açores não só significa um grave desfalque nas contas da Transportadora Aérea Regional como põe em risco o seu equilíbrio, para além de ser um grave atentado contra a SATA e contra os interesses dos açorianos que necessitam movimentar-se, sobretudo no período de Verão inter-ilhas.

É perante este panorama que o Governo Regional propositadamente criou e para o qual conduziu a SATA que agora vem o Governo propor-se a entregar uma boa parte do seu capital a privados.

Senhora Presidente,

Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo,

Senhores membros do Governo,

Privados que tal como acontece hoje com o antigo- Banco Comercial dos Açores bem poderão vir a ser estrangeiros a quem os problemas das ligações aérea da Região amanhã nada digam e que naturalmente terão sempre como primeira prioridade a obtenção de lucro e não a prestação de serviços essenciais às populações como são os serviços de transporte aéreo numa região geograficamente dispersa como a nossa.

No mínimo seria pelo menos aconselhável que o Governo Regional tivesse em atenção os problemas que a Região Autónoma da Madeira enfrenta com as ligações aéreas Porto Santo-Madeira entregues a privados.

A SATA é uma empresa estruturante para a Região Autónoma dos Açores.

A manutenção da SATA integralmente na esfera pública é condição necessária para garantir a sua existência futura mantendo e prestando um serviço de primeira necessidade a toda a Região.

A privatização da SATA, ainda que apenas uma percentagem do seu capital é o primeiro passo para a seu futuro desaparecimento e para fazer regredir os Açores e os Açorianos a anos que bem gostaríamos de definitivamente esquecer.

Lutar pela manutenção do sector público empresarial atual integralmente na Região é algo que se impõe a todos os açorianos verdadeiramente preocupados com o futuro da sua região e que por parte do PCP não deixaremos nunca cair.

Sala das Sessões, 16 de janeiro de 2019

O Deputado do PCP Açores

João Paulo Corvelo

Flores: Rua Senador André de Freitas - 9970-337 Santa Cruz das Flores || tel: 292 207 793
Faial: Rua Marcelino Lima - 9901-858 HORTA || tel: 292 207 638 || **Email: comunistas@alra.pt**